



ACÓRDÃO Nº365/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11287/2017.

Apensos: Processo nº 11288/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Fernando Sérgio Austregésilo Luz (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAD.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5.483/2021-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Prazo. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-FUNESBOM, exercício de 2016, de responsabilidade do senhor **Fernando Sergio Austregésilo Luz**, Comandante-Geral do CBMAM e ordenador de despesas à época dos fatos, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 188, §1º, inciso II, da Resolução n.º 04/2002- RITCE/AM.

10.2. Aplicar multa ao Sr. **Fernando Sergio Austregésilo Luz**, no valor de **R\$2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos)**, nos termos do art. 54, inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso II, alínea “a”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, em razão do descumprimento ao que determina a Resolução n.º 13/2015-TCE/AM (Impropriedade n.º 2), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.



ACÓRDÃO Nº365/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §1º, inciso III, alínea "e", da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que:

10.3.1. Insira todas as informações relativas à aquisição das ambulâncias no Portal e-Contas e, ainda, que mantenha o Portal devidamente atualizado, sob pena de responsabilização por reincidência.

10.4. Dar ciência ao Sr. Fernando Sergio Austregésilo Luz, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão adotado pelo colegiado.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral